



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIA KELY CRISTINA DOS SANTOS

**JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO
MUNICÍPIO DE GUARABIRA /PB**

CAMPINA GRANDE – PB

2011

MARIA KELY CRISTINA DOS SANTOS

**JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO
MUNICÍPIO DE GUARABIRA /PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em cumprimento às exigências para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago
Co - orientador: Orlandil de Lima Moreira

CAMPINA GRANDE-PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S237j Santos, Maria Kely Cristina dos Santos.
Juventude, políticas públicas e participação cidadã no município de Guarabira/PB [manuscrito] / Maria kely Cristina dos Santos. – 2011.

29 f.

Trabalho Acadêmico Orientado (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.
“Orientação: Profa. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago”.

1. Políticas Públicas. 2. Juventude. 3. Conselhos municipais.
I. Título.

21. ed. CDD 320.6

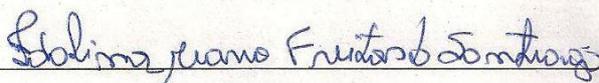
MARIA KELY CRISTINA DOS SANTOS

JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO
MUNICÍPIO DE GUARABIRA /PB

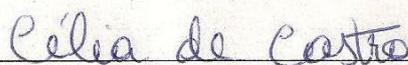
Nota: 9,5

Aprovado em: 19/12/2011

Banca Examinadora



Profª. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago (Orientadora)
Departamento de Serviço Social



Profª Profª Msª Célia de Castro (Examinadora)
Departamento de Serviço Social



Profª Drª Marília Tomaz de Oliveira (Examinadora)
Departamento de Serviço Social

CAMPINA GRANDE – PB

2011

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|----|
| - | RESUMO | 04 |
| - | ABSTRACT | 05 |
| 1 | INTRODUÇÃO | 06 |
| 2 | DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS | 08 |
| 2.1 | POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE EM GUARABIRA/PB..... | 08 |
| 2.2 | JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL..... | 15 |
| 2.3 | AUTO AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL..... | 21 |
| 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 26 |
| - | REFERÊNCIAS | 28 |

JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA-PB

RESUMO

Os anos de 1980, a partir do processo de redemocratização brasileira, trouxeram consigo muitas transformações para o cenário social, econômico e político. A criação dos conselhos gestores de políticas públicas, além dos demais espaços sócio-políticos apresentam-se como uma conquista importante nesse novo contexto. O presente trabalho tem os seguintes objetivos: verificar os programas de políticas públicas existentes no município de Guarabira/PB para os/as jovens entre 15 e 29 anos; Identificar a participação dos/as jovens nos espaços institucionais (conselhos municipais) e analisar as auto avaliações dos/as jovens acerca da sua participação política na sociedade. A pesquisa teve por eixo metodológico a abordagem descritivo-analítica e o cenário de estudo foi a cidade de Guarabira-PB. A amostra foi composta pelos/as representantes das secretarias e dos conselhos municipais, assim como, pelos/as jovens participantes dos conselhos. Na coleta de dados utilizou-se dois instrumentos: um formulário e uma entrevista com roteiro semi-estruturado. Os dados foram analisados a partir do método descritivo analítico e da análise de conteúdo. Percebemos que das onze secretarias mapeadas, apenas quatro apresentaram programas de políticas públicas destinadas para a juventude. No tocante aos conselhos, detectou-se apenas cinco: Conselho municipal de Assistência Social, Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB, Conselho municipal de Direito da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Saúde e um Conselho Tutelar. Os mesmos contam com a participação de sete jovens, dentre os quais cinco auto avaliam-se enquanto pessoas ativas nos processos de participação. Apenas uma jovem avaliou a sua participação política enquanto passiva. PROPESQ/ UEPB-PIBIC/CNPQ.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Conselhos Municipais. Juventude. Participação.

YOUTH POLICY AND PUBLIC CITIZEN PARTICIPATION IN THE CITY OF GUARABIRA /PB

ABSTRACT

The year 1980, from the Brazilian re-democratization process, brought many changes to social, economic and political scenarios. The creation of public policy manager's councils, and other socio-political spaces presented themselves as an important achievement in the new context. This work had the following objectives: verify the existing public policy programs in the municipality of Guarabira/PB for young people between 15 and 29 years; identify the participation of young people in institutional spaces (municipal councils) and analyze the auto reviews of young people about their political participation in society. The survey had methodological axis by the descriptive-analytical approach and the scenario of study was the city of Guarabira-PB. The sample was composed by representatives of the secretariats and councils, as well as the young participants in the councils. Data was collected using two instruments: forms and semi-structured interview with screenplay. The data was analyzed using descriptive method and analytical content analysis. We realize that of the eleven departments mapped, only four have submitted programs for the public policies designed for youth. In regards to the councils, they detected only five: Conselho municipal de Assistência Social, Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB, Conselho municipal de Direito da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Saúde e um Conselho Tutelar. These spaces included the participation of seven young adults. Among these, five auto-assessed as people active in the participatory processes. Only one young woman mentioned in her self-assessment that her political participation was passive. PROPESQ/UEPB-PIBIC/CNPQ

Keywords: Public Politics. Municipal Councils. Youth. Participacion.

Keywords: Public Politics. City Councils. Youth. Participacion.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Oliveira (2003) verifica-se na história brasileira que durante muito tempo as suas elites, em nome do povo, estiveram à frente das decisões políticas no âmbito local, regional e nacional. No entanto, a partir dos anos de 1980, essa realidade começou a passar por transformações. Novos espaços políticos foram criados, os quais passaram a contar com a participação de cidadãos/ãs e de sujeitos sociais coletivos que se tornavam importantes nas decisões políticas institucionais e locais nos espaços em que atuavam.

A década de 1980 foi um período permeado pelo surgimento de novos protagonistas na sociedade brasileira com posturas e discursos a favor da democracia, liberdade, justiça social e participação popular, visando dar nova roupagem às políticas sociais para atender as demandas da população de forma mais efetiva, na perspectiva de reverter todo o cenário autoritário que perpassou a história da sociedade brasileira durante o golpe militar. Buscava-se, assim, propiciar possibilidades de gerar cidadãos mais participativos na proposição, controle e fiscalização de políticas públicas, a fim de promover a descentralização e a democratização de tais ações.

As mudanças no papel centralizador das decisões estatais foram provocadas por meio do processo de redemocratização brasileira que segundo Dagnino (2002) trouxe para agenda política a discussão da participação cidadã. Essas discussões questionavam o papel centralizador estatal e a partir da promulgação da constituição de 1988 o novo cenário sócio político veio a proporcionar a abertura de novos espaços de participação da sociedade e a ampliação das formas de organização social.

A promulgação da Constituição de 1988 (Constituição Cidadã) foi um processo decisivo para a institucionalização dos direitos sociais garantidos por leis e concretizados através das políticas públicas, trazendo como princípio a democracia participativa, redesenhando uma nova gestão pública pautada na abertura da participação popular nos eixos de planejamento, formulação e controle das políticas. Além disso, vale ressaltar, nesse contexto, as relevantes contribuições da sociedade civil nas conquistas de tais prerrogativas, resultado de muitas lutas frente às adversidades e contradições que afloravam no cotidiano.

As mudanças institucionais ocorridas no Brasil, com o processo de redemocratização, apresentam modificações no campo das políticas públicas em decorrência do novo desenho do sistema federativo brasileiro, cabendo ao governo federal a coordenação das políticas sociais e aos municípios, enquanto entes federativos autônomos, a

responsabilidade de sua execução através dos repasses de recursos (CARVALHO; SILVA, ALBUQUERQUE, 2006). É nesse contexto de retomada de processos democráticos no campo das políticas públicas que as questões da juventude ganham espaço na agenda pública. A partir desse momento político em que as questões sociais ganham uma maior atenção por parte do governo federal, as políticas públicas com foco na juventude também, começam a ser contempladas nas ações governamentais.

Considerando o contexto contemporâneo brasileiro anteriormente abordado, o presente trabalho procura perseguir os seguintes objetivos: verificar os programas de políticas públicas existentes no município de Guarabira para os/as jovens entre 15 e 29 anos; Identificar a participação dos/as jovens nos espaços institucionais (conselhos municipais) e analisar as auto avaliações dos/as jovens acerca da sua participação política na sociedade. Tal proposta de trabalho é um recorte do projeto de pesquisa: “Gênero, Participação Política e Novas Sociabilidades da Juventude no Poder Local”, financiado pelo Programa de Incentivo à Pós-Graduação e Pesquisa (PROPESQ/UEPB) e pelo Programa de Iniciação Científica (PIBIC) cota 2009/2010.

A pesquisa teve por eixo metodológico a abordagem descritivo-analítica, caracterizando-se pela descrição e análise do fenômeno social, em que se buscou entender as várias dimensões do objeto em estudo e o seu contexto. A pesquisa deu-se na cidade de Guarabira/PB, localizada na microrregião Piemonte da Borborema, com uma área de 149,5 quilômetros quadrados, mantendo uma distância de João Pessoa de 98 km e de Campina Grande de 95 km, com uma população de 55.340 habitantes, segundo dados do IBGE de 2010. O Município polariza uma região formada por várias microrregiões, denominada do ponto de vista político como região do Brejo paraibano.

A coleta dos dados deu-se a partir de dados quantitativos e qualitativos, cujo universo da pesquisa envolveu 5 jovens com idade entre 15 e 29 anos e os/as representantes das secretarias e conselhos municipais de Guarabira-PB. A coleta de dados foi executada em duas fases: A primeira fase foi desenvolvida no período de agosto a novembro de 2009, em duas etapas: aplicação de formulário junto às secretarias municipais do poder executivo, tendo como principal objetivo o mapeamento dos programas de políticas públicas desenvolvidos pelas respectivas secretarias, os quais tivessem como público foco de seu atendimento os/as jovens entre 15 e 29 anos, e a realização de um mapeamento dos conselhos municipais gestores de políticas públicas e conselhos tutelares existentes no município, além da identificação de jovens conselheiros/as e entidades juvenis participantes da composição dos referidos conselhos.

A segunda fase foi realizada entre os meses de dezembro de 2009 à junho de 2010, com a realização de entrevista diretiva, norteadas por um roteiro semi estruturado com os/as jovens que participavam dos citados conselhos em local previamente combinado, de acordo com a disponibilidade dos/as mesmos/as, com o auxílio de um gravador.

A análise dos dados realizou-se em duas fases: Na primeira, utilizou-se o método descritivo-analítico para analisar os dados obtidos no mapeamento, na qual se buscou compreender esse novo contexto de participação juvenil, tendo como referência o campo das políticas públicas.

Na segunda fase, utilizou-se a análise de conteúdo a partir das entrevistas transcritas. Após leitura crítica e reflexiva de cada entrevista, foram realizados recortes dos discursos que deram origem a categorias e indicadores, que embasaram a análise desse estudo. Para manter o sigilo do/as sujeitos/as entrevistados/as, optamos por utilizar o nome mulheres já falecidas, mas que foram importantes na construção da história de nosso país, para representar cada jovem. No tocante aos homens, estes foram representados por nomes comuns, escolhidos aleatoriamente.

Para garantir legitimidade das informações coletadas e referendar cada uma das participações, apresentamos a cada um/a dos/as entrevistados/as o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UEPB.

2 DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE EM GUARABIRA/PB

Nosso propósito aqui será apresentar o mapeamento dos programas de políticas públicas e projetos sociais direcionados aos/as jovens desenvolvidos pelo governo municipal de Guarabira/PB, de modo a perceber como tem se constituído no âmbito do poder local a preocupação com as problemáticas das juventudes, através de ações governamentais no campo das políticas sociais.

Antes de partirmos para a discussão sobre políticas públicas para a juventude em Guarabira, discutiremos o conceito de política pública. Logo em seguida, para melhor compreendermos as iniciativas de políticas públicas voltadas para o segmento juvenil e o seu

processo de construção, faremos um breve relato histórico dos processos que demandaram tais políticas. Posteriormente, trataremos a discussão sobre as políticas públicas mapeadas na cidade de Guarabira/PB.

Segundo Sposito e Carrano (2003) as políticas públicas brasileiras são regidas e regulamentadas pela Constituição Federal de 1988. As mesmas foram criadas para que o Estado pudesse atuar estabelecendo medidas importantes ao cumprimento dos direitos econômicos, políticos e sociais, garantindo assim o acesso aos vários serviços necessários à população. Dessa forma, compreende-se que a idéia de política pública está associada a um projeto de desenvolvimento econômico-social estabelecendo a relação entre o Estado e a sociedade.

Behring e Boschetti (2006) descrevem as políticas públicas enquanto desdobramentos ou mesmo respostas advindas do Estado para atender as várias demandas e necessidades presentes na sociedade. As políticas públicas, portanto, são convertidas em direitos sociais com a interação entre sujeitos em prol da coletividade (SANTOS *et al* , 2007). É possível observar historicamente que as políticas públicas surgiram a partir das manifestações da classe trabalhadora na luta por melhores condições de vida e trabalho. Estava no centro dessas reivindicações a requisição da intervenção estatal no atendimento aos direitos sociais garantidos em lei para todos/as os/as trabalhadores/as tais como: previdência social, saúde e educação. Dessa forma,

As políticas públicas são também instrumentos de governabilidade democrática para as sociedades, tanto em sua acepção mais limitada referida às interações entre Estado e o resto da sociedade, como no seu sentido mais amplo de levar à convivência cidadã (ABAD, 2008, p.16).

No início do século XX, segundo Iulianelli (2003) a delinqüência aliada ao perigo social e aos processos de contestação eram enfoques das análises sobre juventude. Em termos de legislação, tendo em vista as propostas do Estado, obteve respaldo inicialmente o 1º Código de Menores em 1927, o qual representa um marco no que diz respeito à intervenção do Estado na formulação das primeiras políticas públicas para a juventude no Brasil. O código tinha como preocupação principal o saneamento social de tipos indesejáveis (UNESCO, 2004), ou seja, visava a moralizar os jovens-problemas na tentativa de conter os conflitos que eram estabelecidos e que ameaçavam a ordem vigente.

Essas primeiras políticas para a juventude não colocavam em pauta a diversidade e as desigualdades que atravessavam os grupos juvenis, não respeitando a vivência da experiência

juvenil como algo particular, mas a considerando apenas como um período antecedente à fase adulta, no qual o jovem que não estivesse devidamente moldado deveria ser punido.

Na década de 1960, tendo em vista todo o contexto de repressão imposto pela Ditadura Militar, emerge novamente a temática da juventude. Naquele momento, a juventude era posta como capaz de revolucionar costumes, crenças, hábitos, a política, entre outros. Neste cenário, havia simpatizantes, mas também críticos ao movimento desta parcela de luta da população, compondo assim duas tendências interpretativas hegemônicas com foco na juventude: a dos delinquentes e a dos revolucionários.

Já nos anos de 1970, os protestos assumidos pelos setores juvenis saíram um pouco de cena e outros movimentos vinculados as diferenças étnicas, feminista e a ecologia foram consideradas mais significativos.

Na década de 1980 são constatadas novas ações juvenis relacionadas a vários aspectos. O ano de 1985 é declarado o Ano Internacional da Juventude, a partir da Organização das Nações Unidas. Porém, nesta década o desenvolvimento social da juventude foi comprometido devido ao pouco incentivo dos governos em políticas públicas neste âmbito.

Os anos 1990 são marcados por mudanças de percepção e de elaboração de políticas públicas para juventude no Brasil. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o marco significativo da mobilização da sociedade em torno dos direitos da infância e da adolescência (SPOSITO, 2003).

Ainda nos anos de 1990 foi possível perceber a intenção do governo Fernando Henrique Cardoso em implementar programas destinados à juventude. A partir de 1995 foram criados vários programas, distribuídos entre os diferentes Ministérios, dos quais destacamos os seguintes: Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei e o Programa de Promoção dos Direitos das Mulheres Jovens Vulneráveis à Violência Sexual e à Exploração Sexual Comercial, do Ministério da Justiça; Programa de Saúde do Adolescente e do Jovem, do Ministério da Saúde; Programa Agente Jovem, do Ministério da Assistência e Previdência Social; Jovem Empreendedor, do Ministério do Trabalho. Porém estes programas apresentaram fragmentação das ações, descontinuidade administrativa e falta de articulação entre a formulação, a decisão e a efetividade na implementação dos mesmos (UNESCO, 2004 *apud* RUA, 1998).

É importante demarcar nesse período, dos anos de 1990, que no Brasil emergiram várias ações internacionais de financiamento na área da educação. Esses investimentos tinham como pano de fundo o combate à pobreza ao afirmar que os investimentos na área da

educação poderiam minimizar os índices de pobreza da população jovem (IULIANELLI 2003).

Em 2002, no último ano do mandato de Fernando Henrique Cardoso, existiam 33 programas federais direcionados aos jovens. A execução desses programas ficava por conta dos estados ou municípios, ONGs ou fundações empresariais, as quais o governo federal fazia transferência de recursos financeiros. Essa proposta do governo federal, que consistia quase que, exclusivamente, na transferência de recursos para os órgãos acima citados, revela certo descompromisso do governo com a juventude, ficando claro, a falta de uma proposta consistente do governo na realização de ações que tivessem a juventude como público alvo (SPOSITO, 2003).

Em 2005, já no governo Lula, foi instituída a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória 238, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei. No mesmo ato, o Presidente criou o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Esta política constitui-se como sendo a primeira ação governamental, no campo das políticas públicas no âmbito nacional direcionadas aos jovens. A partir desse ato político, criam-se secretarias, instituições governamentais e coordenadorias municipais e estaduais no apoio ao atendimento dos programas, projetos e ações voltadas às políticas públicas de juventude (SANTOS *et al*, 2007).

Ao partirmos para os resultados do mapeamento dos programas de políticas públicas e projetos direcionados aos/as jovens entre 15 e 29 anos, desenvolvidos pelo governo municipal de Guarabira/PB, observamos que o poder executivo municipal é composto por onze secretarias, com as seguintes denominações: Secretaria de Ação Social e Bem Estar da Família; Secretaria de Finanças; Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude; Secretaria de Cultura e Turismo; Secretaria de Indústria e Comércio; Secretaria de Agricultura; Secretaria de Infra-Estrutura; Secretaria de Urbanismo, Meio Ambiente e Saneamento; Secretaria de Administração e Recursos Humanos; Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde.

Um aspecto que chama a atenção na denominação das secretarias nesse município é a incorporação da problemática da juventude em uma pasta específica, na Secretaria de Esporte e Lazer e Juventude. Preocupação que se junta a discussão que vem sendo realizada em âmbito nacional, desencadeada a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando se começa a criar no âmbito local os conselhos de crianças e adolescentes, conselhos tutelares, conselhos de juventude, etc.

Assim, frente ao surgimento de programas públicos para a juventude, surgem em menor número os Conselhos de Juventude, em algumas cidades e estados. O surgimento destes conselhos, reconfiguram um novo contexto para as políticas públicas locais de juventude, no sentido do reconhecimento institucional das questões juvenis e afirmação das políticas de juventude.

De acordo com o mapeamento realizado, as secretarias municipais desenvolvem programas para jovens. Entretanto, dado a demanda e as problemáticas vivenciadas pela juventude no município, o número de programas direcionados para a juventude ainda é pouco significativo, em especial quando se trata das jovens mulheres, pela pouca atenção a essa parcela da juventude e suas problemáticas. Realidade que representa a situação de exclusão que predomina em nosso país em relação a essa parcela da sociedade, sendo, por muito tempo, deixada à margem pelas políticas governamentais, como indicam vários estudos sobre políticas públicas e juventude no Brasil (SPOSITO, 2003; ABAD, 2008)

Das onze secretarias existentes na prefeitura desse município, apenas quatro informaram está executando algum programa, projeto ou ação de políticas públicas direcionadas aos jovens, como demonstra o quadro 01. As demais secretarias (Agricultura; Infra-estrutura; Urbanismo, Meio Ambiente e Saneamento; Administração e Recursos Humanos; Finanças; Educação e Saúde) informaram não ter programas de políticas públicas destinados especificamente para os/as jovens.

Quadro 01

Programas de Políticas Públicas direcionadas aos/as jovens desenvolvidos pelas secretarias do município Guarabira/PB.

| SECRETARIAS | PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS DE 15 A 29 ANOS |
|----------------------------|---|
| Ação Social | <ul style="list-style-type: none"> • Pró-jovem Adolescente • Geração de Renda (corte e costura, cabeleireira, manicura, culinária). |
| Esporte, Lazer e Juventude | <ul style="list-style-type: none"> • Academia da cidade; • Recreação nos bairros; |
| Cultura e Turismo | <ul style="list-style-type: none"> • Ensinos musicais (para composição de uma Banda municipal); |
| Indústria e Comércio | <ul style="list-style-type: none"> • Cursos profissionalizantes: bordado, manicura, serigrafia, hidrossanitário (instalação de água), eletricitista. |

Fonte: Pesquisa realizada nas secretárias da cidade de Guarabira/PB, no período de ago/nov. 2009.

A Secretaria de Ação Social desenvolve dois programas: o Projovem Adolescente e o Projeto de Geração de Renda. O Projovem Adolescente tem como objetivo a inclusão social

de jovens, sendo um programa vinculado ao governo federal. É uma das modalidades do Projovem criado pela Lei 11.692, de 10 de junho de 2008, como parte da política para a juventude executada em âmbito nacional. O Projovem é desenvolvido através de gestão integrada entre a Secretaria Nacional de Juventude e os Ministérios do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Educação.

O Programa Projovem adolescente é executado pela Secretaria Nacional de Ação Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, que descentraliza recursos para as Secretarias municipais de Ação Social, para a realização de ações socioeducativas e de qualificação profissional junto aos jovens de 15 a 17 anos de idade, pertencentes a famílias em condição de extrema pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família.

O segundo programa desenvolvido pela Secretaria de Ação Social é o de Geração de Renda, que desenvolve ações de empreendedorismo e capacitação profissional para jovens nas áreas da culinária, corte e costura e manicure. Por se tratar de atividades realizadas com mais frequência por pessoas do sexo feminino, o público participante, em sua maioria é de mulheres, caracterizando-se por uma vertente tradicional, presente na sociedade, que atribui às mulheres, independentemente de sua idade, ações consideradas socialmente femininas.

Esse tipo de ação desenvolvida deixa claro, segundo Saffioti (1987), que socialmente o espaço doméstico é atribuído apenas a mulher. No caso desse programa, tais atividades são tidas socialmente como domésticas, sendo por sua vez desvalorizadas, ficando explícito os tipos de profissões que são consideradas femininas, ou seja, esse tipo de programa não tem como objetivo a emancipação da mulher jovem, pois ele não promove questionamentos acerca dos espaços femininos ocupados na sociedade. Na verdade, fica evidente que visa apenas gerar renda, não contribuindo para que a mulher consiga romper com a sua situação de submissão e desvalorização profissional.

Na Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude encontramos dois programas destinados à juventude: um direcionado para mulheres jovens, denominado de Academia da Cidade, que consiste na realização diária de atividades físicas desenvolvidas em praça pública com profissionais de Educação Física. Embora esse programa seja destinado para mulheres jovens, em sua execução há a participação de público variado (idosos/as, adultos/as).

O outro, o Programa Recreação nos Bairros, destinado para o público em geral, com maior participação dos/as jovens homens e mulheres, tem por objetivo o lazer, a saúde, a cultura e a inclusão social. O programa é desenvolvido esporadicamente, através de uma

parceria com as seguintes secretarias: Saúde, Ação Social, Cultura e Turismo. As atividades são desenvolvidas nos bairros mais carentes da cidade.

Apesar da existência de uma secretaria que inclui em sua denominação a Juventude, observa-se uma ação ainda incipiente destinada a essa parcela da população, o que nos indica a falta de uma política mais estruturada para a juventude. As ações ainda, necessitam focar mais na população jovem, levando em consideração as suas demandas, de modo a ter uma ação de políticas públicas planejada para a juventude, e não apenas incluí-la nas ações destinadas a população de forma geral, como ocorre nas demais secretarias, conforme mostraremos a seguir.

O programa desenvolvido pela Secretaria de Cultura e Turismo, denominado de Ensinamentos Musicais, tem por objetivo qualificar pessoas interessadas em participar da Banda de Música Municipal. Esse programa não delimita a idade para seus participantes, no entanto, a maioria dos participantes do programa de capacitação é formada por jovens.

Na Secretaria de Indústria e Comércio foi identificado apenas um programa de política pública para jovens, denominado de Capacitação Profissional. Este é desenvolvido através da realização de cursos nas seguintes áreas profissionalizantes: bordado, manicure, serigrafia, hidrossanitário e eletricitista. Os cursos de bordado e manicure são direcionados apenas para mulheres, os demais para ambos os sexos. O programa tem como público os jovens homens e mulheres. Seu objetivo é proporcionar a qualificação e profissionalização de jovens. Percebe-se que da mesma forma que ocorreu no programa Geração de Renda da Secretaria de Ação Social, aqui também, permanece a atribuição de determinadas atividades domésticas ainda, sendo exclusividade para o público feminino.

É importante destacar, nesse conjunto de ações elencadas, a presença de um forte viés de capacitação profissional direcionadas aos jovens pobres moradores das periferias urbanas, realidade que está imbuída de uma característica de políticas compensatórias e de controle.

Muitos dos programas sociais a eles destinados encerram nítidas dimensões de contenção de um possível comportamento violento e disruptivo. Encontramos ainda, proposições que consideram os segmentos jovens como um capital humano que deve ser cada vez mais rentável, mediante alguns investimentos que os habilitem a uma melhor qualificação - dentre eles o educacional -, tal como foi observado a partir dos anos de 1970 no Brasil, com as denominadas teorias do capital humano. Há, também, percepções que defendem mecanismos de inclusão de jovens marginalizados, mediante políticas compensatórias ou de ampliação das possibilidades de integração no mercado de trabalho (FREITAS; PAPAS, 2003, p. 62).

Assim, diante dos dados analisados, percebemos que o desenvolvimento dos programas de políticas públicas para a juventude em Guarabira tem demonstrado fragilidade, seja em relação ao número de programas e ações desenvolvidos pelas secretarias municipais, seja no que diz respeito ao atendimento dos jovens, tendo em vista que parte dos programas não tem o jovem como foco, realidade que se complica ainda mais, quando diz respeito às jovens mulheres.

As ações consistem, basicamente, em desenvolver cursos profissionalizantes e atividades esportivas. Os cursos profissionalizantes são idealizados atribuindo a mulher atividades que são socialmente desvalorizadas e compreendidas como funções femininas. Não há perspectivas de um desenvolvimento da juventude que possa levá-la a contribuir com a transformação da realidade social em que estão inseridos os/as jovens.

2.2 JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL

No que se refere aos espaços de participação institucionais que aglutinam à sociedade civil, no caso específico os conselhos gestores de políticas públicas e os conselhos tutelares, antes de apresentarmos os resultados dos dados colhidos na pesquisa, cabe-nos contextualizar historicamente as circunstâncias que culminaram em suas legitimações.

De acordo com Presoto e Westphal (2005), em resposta às problemáticas emergentes da sociedade, a Constituição de 1988 prevê a criação de órgãos colegiados como os Conselhos Federais, Estaduais e Municipais, que são mecanismos para possibilitar uma maior democratização da coisa pública e controle dos interesses e prioridades dos diversos segmentos sociais.

Portanto, estes conselhos são espaços de participação popular que se gestaram nesse contexto de redemocratização da sociedade brasileira, momento em que as políticas públicas aparecem como ações do Estado no sentido de tornar possível a materialização dos direitos sociais garantidos pela Constituição cidadã.

A efetivação das políticas públicas como também, a participação social nos espaços de planejamento, formulação e estabelecimento das mesmas são acontecimentos advindos de uma nova forma de fazer gestão pública, marcada pela descentralização política e administrativa. De acordo com as análises de Tatagiba (2002), a intensificação dos problemas

sociais juntamente à crise do setor público, também, associada à demanda dos setores da sociedade por um controle do Estado e de suas ações e políticas, ocasionaram inquietações acerca do padrão centralizador e excludente presente na relação do próprio Estado com os beneficiários das políticas públicas. Nesse novo cenário, no qual se fizeram presentes vários questionamentos relativos à reivindicação pela democratização da esfera pública, instituíram os conselhos gestores ou setoriais que foram considerados legalmente indispensáveis para o repasse dos recursos da União para os Estados e municípios.

De acordo com Tatagiba (2002, p.54), “os conselhos gestores de políticas públicas são, portanto, espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais”.

Diante disso, os conselhos são expressos como espaços de democracia participativa, na qual representantes do poder público e da sociedade civil devem ser integrantes ativos e participativos das formulações e decisões que irão nortear o papel de cada conselho. Porém, a composição paritária destes espaços, muitas vezes, representa um verdadeiro problema, pois legalmente não existe uma determinação estipulada da constituição dos conselhos. Nesse aspecto, Saule Junior. (1998) enfatiza que o comando constitucional é o de assegurar que os indivíduos da sociedade participem nos órgãos da administração pública, contudo fica facultado à União, aos Estados e aos Municípios determinarem a composição dos conselhos, dependendo também, da organização das comunidades interessadas, fazendo valer o equilíbrio entre os representantes.

É muito importante entender esses espaços não apenas como consultivos, mas de reafirmar o sentido deliberativo que os mesmos possuem conferindo à população que participa o direito de decisão. Porém, o que se verifica muitas vezes, é a insuficiência da capacidade propositiva da população sobre as políticas públicas, se consubstanciando como um obstáculo para a efetivação do papel dos conselhos, decorrente de uma cultura política autoritária e centralizadora presente no poder local, impermeável a participação cidadã. Neste contexto, são visíveis também, as limitações dos conselhos referentes à formação dos conselheiros e à infra-estrutura dos espaços, que na maioria das vezes são bem precárias e comprometem o funcionamento das ações.

Mesmo diante de tantas limitações, são observadas diversas tentativas de resolução destes problemas, tornando ainda mais concreto o papel dos conselhos no desempenho do controle da gestão pública e na democratização das relações entre sociedade e esfera estatal. A presença dos conselhos gestores, pois, representou e continua a representar um avanço na institucionalização da participação popular das políticas públicas.

No tocante aos Conselhos Tutelares, estes são instâncias jurisdicionais que agem independente da gestão pública municipal. Exercem função de fiscalizar os direitos das crianças e adolescentes, tarefa consultiva em relação às problemáticas demandadas pelas crianças e adolescentes e função fiscalizadora no que diz respeito às entidades responsáveis pelo atendimento deste segmento (BRASIL, 2008).

A ação do conselho tutelar está vinculada à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Este órgão, apesar de ser autônomo em relação à gestão municipal, deve ser criado por lei municipal e gerido com recursos municipais de maneira a garantir as condições necessárias para o seu funcionamento. A Lei prevê a existência de cinco conselheiros por órgão e o estabelecimento de pelo menos um conselho por município, estabelecendo que estes conselheiros sejam escolhidos pela comunidade da qual fazem parte. A condução da política dos conselhos tutelares é dada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, órgão que os fiscaliza.

Quando ocorre uma violação de direito da criança ou adolescente ou estes são vítimas de negligência, o conselho tutelar deve atender visando analisar todas as problemáticas e circunstâncias que permeiam o caso e em seguida fazer o encaminhamento devido. Ao conselho tutelar cabe a requisição de serviços públicos nos setores de assistência, saúde, previdência, educação, trabalho, entre outros.

A análise dos dados que apresentaremos a seguir, busca compreender a participação juvenil em Guarabira, tendo como referência o campo das políticas públicas e a participação dos/as jovens nos espaços institucionais no âmbito local. Reflexão que será feita através da apresentação dos canais de participação institucional existente no município de Guarabira/PB, no caso específico os conselhos gestores e tutelares, assim como a identificação da presença dos/as jovens nestes espaços.

No mapeamento realizado no município de Guarabira, foram identificados cinco Conselhos em funcionamento: o Conselho de Assistência Social, o Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB, o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, o Conselho de Saúde e o Conselho Tutelar. Foram registrados três conselhos que tem na sua composição, jovens assumindo o cargo de conselheiro/a, conforme demonstra o quadro 02.

Quadro 02**Distribuição dos conselhos com participação de jovens por gênero em Guarabira/PB**

| CONSELHOS | HOMENS | MULHERES |
|---|--------|----------|
| Conselho municipal de Assistência Social | 03 | 0 |
| Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB | 0 | 02 |
| Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente | 0 | 0 |
| Conselho Municipal de Saúde | 0 | 0 |
| Conselho Tutelar | 01 | 01 |

Fonte: Pesquisa realizada nas secretárias da cidade de Guarabira/PB, no período de ago/nov. 2009.

A presença de jovens nos espaços de participação institucional contradiz as análises correntes de que a juventude hoje não tem participação política. Portanto, o envolvimento dos/as jovens nos conselhos gestores de políticas públicas aponta para outra realidade que tem se constituído nos últimos anos por parte da juventude, de busca pela participação e incidência nas políticas públicas, seja através dos espaços institucionais ou da sociedade civil.

O que significa, do ponto de vista político, o exercício do protagonismo juvenil e a garantia da participação dos sujeitos usuários das políticas públicas, na sua proposição, elaboração e controle social. Neste sentido, podemos afirmar que, o entendimento político sobre a juventude enquanto sujeito de direito, com capacidade de participar dos processos de construção de políticas públicas vem se construindo de forma efetiva no âmbito do poder local.

Os três jovens participantes do Conselho de Assistência Social são jovens do sexo masculino, representando três organizações da sociedade civil. Um representante do MAC – Movimento de Crianças e Adolescentes, organização que tem como objetivo desenvolver ações socioeducativas que favoreçam o protagonismo juvenil, com atuação em âmbito nacional e internacional. O segundo representante é da AMEC – Associação de Menores com Cristo, organização não-governamental vinculada a Igreja católica. Seu objetivo é o atendimento as crianças e adolescentes em situação de risco social, através do recolhimento em abrigo, em que passa a morar e receber um atendimento integral até completar os 18 anos. O terceiro representante é da FCD – Fraternidade Cristã de Deficientes, organização ligada a Igreja Católica, com atuação em âmbito nacional. Seu objetivo é desenvolver ações sociais e cidadãs junto às pessoas com necessidades especiais, com um público bastante diversificado com homens, mulheres, jovens e adultos.

No Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Nacional de Educação Básica (FUNDEB) encontramos duas conselheiras jovens. As duas jovens informaram não participar de nenhuma organização social; a participação ocorreu a partir de convite feito por professores que já faziam parte do Conselho do FUNDEB em reunião no colégio em que as duas jovens estudam.

No caso do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, não identificamos a presença de jovens como conselheiros/as na sua composição. Encontramos entidades que possuem trabalhos voltados ao público jovem, como a AMEC, a Fundação de Cultura e Arte (FUDCUCA) e a Associação ANAJÓ. A FUDCUCA é organização não-governamental que tem como público as crianças e adolescentes. Desenvolve ações socioeducativas a partir da cultura e da arte, e tem como objetivo contribuir para a inclusão social desses sujeitos sociais para o fortalecimento do protagonismo infanto juvenil. A Associação ANAJÓ é uma organização não governamental com atuação nas áreas de arte, cultura e educação, tendo por objetivo a difusão e a valorização da capoeira entre adolescentes e jovens, bem como a ação educativa, através do reforço escolar no contra turno da escola regular.

Um fato que chama a atenção no caso desse Conselho, que tem por objetivo a elaboração e fiscalização da política para as crianças e adolescentes, é a ausência de jovens na sua composição enquanto conselheiros/as. Espaço que consideramos fundamental para a presença de jovens e adolescentes poderem apresentar as demandas que atingem essa parcela da população, quando são eles/as os sujeitos dessa política.

Outro espaço de participação dos/as jovens no município de Guarabira é o Conselho Tutelar. O município tem um conselho que atende a área urbana e rural. O Conselho é composto por cinco conselheiros, desse total dois são jovens, sendo um jovem e uma jovem. No caso da jovem mulher, a mesma tem vínculo com uma organização não governamental ligada a Igreja católica, denominada de TALITA, que atende a adolescentes e jovens mulheres em situação de risco social, em regime de abrigo. O segundo conselheiro jovem homem também, atua na TALITA e participa de algumas atividades, enquanto voluntário.

O Conselho Tutelar tem um caráter diferente dos Conselhos gestores, se qualificando como um instrumento de fiscalização da política de direitos das crianças e adolescentes, em parceria com o Poder Judiciário. Como o critério para a participação como conselheiro tutelar não é a representação por organização social da sociedade civil, como no caso dos Conselhos Gestores, e sim através de eleição direta em que os eleitores inscritos na justiça eleitoral do município exercem o direito de votar e escolher o conselheiro, o mesmo não tem uma

participação direta de entidades juvenis na sua composição, o que não significa que o/a conselheiro/a tutelar eleito/a não participe de algum movimento social ou organização juvenil existente no município.

Os Conselhos municipais gestores de políticas públicas, assim como, os conselhos tutelares, são espaços de participação democrática da sociedade civil, significando para a população uma conquista política importante para a democracia, a qual veio a contribuir como um espaço em que os cidadãos e cidadãs podem discutir junto ao governo suas demandas para a elaboração de políticas públicas e exercer a sua cidadania na fiscalização dos direitos conquistados e o controle social das políticas públicas.

Segundo Tatagiba (2002), existem três tipos de Conselhos, os quais foram possíveis de serem detectados nesse mapeamento: os Conselhos de Programas, que são vinculados a programas governamentais concretos que exercem funções executivas e de controle social no âmbito do respectivo programa. Um exemplo desse tipo de Conselho é o Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB. Outros tipos de Conselhos são os Conselhos de Políticas Públicas, os quais, ainda segundo a referida autora, estão ligados as políticas públicas concretizadas em sistemas nacionais. Geralmente são previstos em legislação nacional e tem caráter obrigatório. É o caso dos Conselhos de Assistência Social, Saúde e Criança e Adolescente encontrados em Guarabira. Suas práticas são de planejamento, proposições e fiscalização de políticas, além disso, são partes integrantes do sistema nacional com atribuições legalmente estabelecidas no plano da formulação e implementação das políticas na respectiva esfera governamental

Por último, tem os Conselhos Temáticos, os quais não possuem ligação direta com o sistema ou legislação nacional. Atuam e existem por iniciativas locais ou estaduais, além de serem muito variáveis e estarem interligados a movimentos de idéias ou temas gerais. Em nossa pesquisa não encontramos este tipo de Conselho em Guarabira.

2.3 AUTO AVALIAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL

Antes de mostrarmos as análises sobre a auto avaliação da participação política dos/as jovens participantes dos Conselhos de Guarabira, faz-se necessário refletir um pouco sobre como ocorreu historicamente o processo de participação política da juventude brasileira e como ela veio ocupando seu espaço na sociedade a partir dos seus movimentos.

A temática da participação política tem se apresentado como um debate bastante polêmico e instigante nos trabalhos que tratam de analisar o papel da juventude na sociedade, tendo em vista as diferentes interpretações sobre os processos de participação vivenciados pela juventude na contemporaneidade. Posicionamentos que são marcados por uma realidade de descrédito da política e pelo fim das utopias. Nesse sentido, as análises sobre a participação política das juventudes, se feita de forma apressada, pode não ajudar a pensar os processos participativos vivenciados pelos/as jovens na atualidade, dentro de um contexto de participação política em que novos sujeitos e espaços vão sendo constituídos.

Historicamente, a juventude se fez presente como ator político em diferentes momentos e contextos, tendo por referência a realidade brasileira, nos anos de 1940. Acontecem avanços importantes na história da participação política da juventude, a exemplo da criação da União Nacional dos Estudantes – UNE em 1937, organização representada pelos estudantes universitários os quais articulavam e mobilizavam protestos e reivindicações sociais e políticas, aspecto que prevalece até os dias atuais.

As décadas de 1960 e 1970 do século XX foram marcadas por forte participação política de jovens oriundos/as das camadas médias e alta da sociedade ligadas principalmente, aos movimentos estudantis. Mobilizações que tiveram grande visibilidade na sociedade, pelo seu potencial crítico aos valores vigentes. Essa participação segundo Gilioli e Catani (2008) obteve uma maior atenção da sociedade por seus protagonistas pertencerem a segmentos sociais reconhecidos pelas esferas do poder, em detrimento dos/as jovens que pertenciam às camadas populares que, embora, sendo importantes nas rebeliões existentes na época, acabaram sendo esquecidos/as.

Essa análise também pode ser verificada nos estudos de Abramo (2008), quando destaca que a visibilidade da juventude no Brasil nesse período dos anos de 1960, foi reduzida aos/as jovens com níveis de escolaridade elevado e pertencentes às classes médias. Nesse sentido, a participação política da juventude teve como espaço participativo os movimentos estudantis, de contracultura ou os ligados aos partidos políticos de esquerda.

Nos anos de 1970 e 1980, essa realidade começa a apresentar mudanças. Novos/as atores/atrizes juvenis passam a ocupar o cenário político, agora não apenas os/as jovens de classes médias. Nesse momento, jovens das classes populares entram em cena, trazendo novas demandas sociais e políticas para a agenda pública.

Com o processo de redemocratização do Brasil, iniciado nos anos de 1980, amplia-se as formas de participação na sociedade, período em que passa a acontecer um maior engajamento de jovens em espaços de participação, desenvolvendo ações reivindicativas por

direitos. Tais mudanças despertaram grandes expectativas políticas e culturais no cenário político brasileiro.

Nesse período, ganha amplitude os movimentos multi-identitários e culturais, adquirindo relevância os canais de participação na música, como o Hip Hop, o Rap, expressões culturais que possuem um caráter de protesto social sobre as condições de vida das populações de periferias, em especial dos/as jovens. Envolvimento que as/os levam a desenvolver ações contra o uso do álcool, das drogas e o combate a violência, situações que acabam por incidir diretamente na vida dos/as jovens. Nesse período emergem também os movimentos anarco-libertários que possuem raízes nas tradições do século XIX, muito presente em algumas regiões do Brasil, assim como os movimentos de rua como o break, a prática do grafite, as quais são atividades que tem conseguido neste século aglutinar mais jovens do que os movimentos políticos tradicionais.

Nesse contexto de pluralidade de atores/atrizes e espaços juvenis, a participação política dessa parcela da sociedade ganha contornos que ultrapassam as formas tradicionais de pensar a ação política da juventude. É importante observar que não há uma homogeneidade de atitudes, pensamentos ou vontades em meio às organizações juvenis. Assim como nos anos de 1960, nem todos os jovens se encaixavam na condição de “revolucionários”, muitos mantinham uma posição tradicional. Da mesma forma acontece hoje, nem todos os/as jovens são alienados/as, consumistas ou delinquentes; há muitos/as jovens que se interessam pela política, que participam de espaços que possibilitam novas sociabilidades, que são críticos e atuantes em diversas esferas da sociedade (GILIOLI; CATANI, 2008).

Por causa do seu caráter localizado e fragmentado, não se verifica uma visibilidade das ações juvenis, diferentemente de momentos anteriores em que o que caracterizava a participação política era as grandes mobilizações. O que queremos chamar a atenção em nossa perspectiva de análise do momento histórico atual, é que a não existência dessa forma de participação, no caso as grandes mobilizações, signifique a ausência de uma ação política por parte da juventude. Mesmo que de forma pouco visível e diferenciada de décadas passadas, a juventude continua tendo atitudes críticas em relação às questões sociais, as quais os afetam em seu cotidiano.

Essa participação pode ser observada tanto em organizações de base local como também nos conselhos gestores de políticas públicas. Scherer-Warren (2006) esclarece que o associativismo local engloba todas as formas de organizações (associações civis, movimentos comunitários, sujeitos sociais) envolvidas com as causas sociais ou culturais do cotidiano, expressando forças associativas locais e ou comunitárias. A autora cita como exemplo desse

associativismo os empreendimentos solidários, as associações de bairros, os núcleos locais de movimentos sociais e os coletivos informais desprovidos de institucionalidade que lutam por novas formas de expressão simbólica como as tribos urbanas e grupos neo-anarquistas.

Em se tratando da cidade de Guarabira-PB, a juventude tem se mostrado participativa. Para confirmar esse pressuposto mostraremos a seguir como os/as jovens participantes dos conselhos auto avaliam a sua participação política na sociedade. É importante destacar que dos/as sete jovens participantes dos conselhos, não conseguimos concretizar a coleta dos dados através da entrevista com um jovem do Conselho de Assistência Social e uma jovem do Conselho do FUNDEB, ficando assim, a amostra constituída por cinco jovens.

Pelo que se verificou na fala dos/as entrevistados/as, há uma participação ativa por parte da juventude. A maioria considera sua participação com novas expectativas de melhorias futuras. Apenas uma jovem auto avaliou-se enquanto desenvolvendo uma participação passiva.

O jovem participante do Conselho de Assistência Social avalia a sua atuação como algo que ele realiza da melhor forma possível, considerando os seus limites e possibilidades. Percebe-se que ele almeja uma conscientização das pessoas, sendo isso um dos requisitos necessários para o fortalecimento da luta pelos direitos sociais.

Assim eu... É... Defino... Eu tento né, atuar, não sei se essa é a palavra, atuar da melhor forma possível, na medida do possível, com os limites que tem né, que existem. É... Para tentar mudar né, para tentar conscientizar outras pessoas para fortalecer esse, esse... Essa luta também, que... é também os direito das pessoas, que as pessoas tem direitos, tem onde recorrer, tem onde procurar os seus direitos que podem ser negados né, atuar de uma forma que as pessoas se conscientizem né, desses seus direitos. (João, 25 anos, Membro da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência –FCD- e Membro do Conselho de Assistência Social, Guarabira 20 de outubro de 2009).

Como se percebe esse jovem demonstra ser atuante nos espaços nos quais ele está inserido. Sua atuação procede nessa perspectiva de conhecer e ao mesmo tempo esclarecer os direitos sociais da população os quais, muitas vezes, são negados. Verificando a sua fala, podemos compreender que ele desenvolve uma atuação ativa com propostas de mudanças sociais.

O outro jovem participante também do Conselho de Assistência Social demonstra avaliar a sua participação política na sociedade enquanto algo que cresceu bastante por causa do seu envolvimento nos espaços de participação social que se engajou.

Olha, a minha participação política na sociedade, eu acho que cresceu muito, pelo fato de eu ser uma pessoa tímida, isso me atrapalhava. Mas, hoje não me considero uma pessoa tímida, eu acho que cresceu muito, e tem que crescer e vai crescer cada vez mais [...] (Ronaldo, 23 anos, Coordenador do MAC, Participante do Fórum de Juventude e Membro do Conselho de Assistência Social, Guarabira 11 de novembro de 2009).

Esse crescimento a que ele se refere está interligado as possibilidades que os espaços de participação popular oferecem ao/a jovem desenvolver-se pessoal e socialmente. Através das atividades nos espaços que ele atuou esse jovem conseguiu romper com a sua timidez e por em prática as suas potencialidades. O importante dentro desse processo, pelo que se verifica em sua fala, são as mudanças e superações que ele atinge. Sendo assim, ele realiza a sua auto avaliação enquanto algo que melhorou e tende a melhorar cada vez mais.

A jovem do Conselho Tutelar se auto avalia politicamente enquanto alguém que pode colaborar ainda mais com a sociedade.

Eu vejo que ainda eu posso colaborar ainda mais [...] (Elizabete Lobo, 29 anos, Conselheira Tutelar, Participante da ONG Talita, Guarabira 07 de julho de 2010).

Visto que essa jovem auto avalia-se de maneira atuante, demonstrando perspectivas de melhorias de atuação, sua fala leva-nos a entender que há em suas perspectivas interesse em contribuir de forma mais profunda com a melhoria das atividades desenvolvidas nos espaços em que ela está inserida. Tal atuação, no caso, significaria um desenvolvimento mais amplo de suas potencialidades.

Não muito diferente da jovem acima, o outro jovem participante do Conselho Tutelar considera a sua atuação política ativa.

Eu tenho uma participação muito ativa. Eu faço parte de vários órgãos[...] (Carlos, 28 anos, Conselheiro do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, Participante da ONG Talita, Coordenador do grupo de Basquetebol, Guarabira 07 de julho de 2010).

Pelo que se percebe na identificação desse jovem conselheiro, ele se considera um participante ativo por atuar em vários espaços. Essa atuação pode ser verificada em quase todos/as os/as entrevistados/as demonstrando que os/as mesmos/as atuam em variados espaços.

Diferente dos jovens acima, a participante do conselho do FUNDEB avalia a sua participação como passiva. Percebe-se que ela interpreta a atuação política enquanto algo partidário, o que a faz sentir-se desestimulada, diante da corrupção existente em alguns espaços que representam poder.

Eu acho que um pouco passiva, digamos assim. Eu não sou muito ativa em termos de política, em termos de coisas que envolva um certo grau de corrupção, vamos falar que hoje, onde se tem um certo nível de poder, uma hierarquia, tem um certo nível de corrupção. Então é aquela coisa assim, que vai desestimulando e eu vou me colocando passivamente na história. Quando chega a hora de eleger alguém ou de não eleger, eu procuro simplesmente procuro estudar o candidato e saber quem é pra poder fazer alguma coisa. (Mirian Martinho, 20 anos, representante dos alunos no Conselho do FUNDEB, Guarabira 14 de dezembro de 2009).

A compreensão dessa jovem reflete o processo que a levou a participar desse espaço. Ela se inseriu no Conselho do FUNDEB porque sua professora lhe induziu a participar, no entanto, ela não tinha formação sobre a importância desse espaço ou sobre qual seria a sua atuação enquanto conselheira. Sendo assim, percebe-se que a mesma não compreende qual seria o sentido político de sua participação nesse conselho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas para a juventude no Brasil possuem trajetória curta, só recentemente tem feito parte da agenda do poder público, realidade que se apresentou também, no município em estudo. Com os resultados da pesquisa, podemos apontar algumas conclusões relativas às políticas públicas para a juventude no âmbito do poder público local.

Percebemos que o desenvolvimento dos programas de políticas públicas para a juventude em Guarabira apresentam fragilidade, seja em relação ao número de programas e ações desenvolvidos pelas secretarias municipais, seja no que diz respeito ao atendimento dos jovens, tendo em vista que parte dos programas não tem o jovem como foco, realidade que se complica ainda mais quando diz respeito às jovens mulheres.

As ações consistem basicamente, em desenvolver cursos profissionalizantes e atividades esportivas. Os cursos profissionalizantes são idealizados atribuindo a mulher atividades que são socialmente desvalorizadas e compreendidas como funções femininas. Não

há perspectivas de um desenvolvimento da juventude que possa levá-la a contribuir com a transformação da realidade social em que estão inseridos os jovens e as jovens. Além disso, esses programas são direcionados principalmente para a população de baixa renda não contemplando dessa maneira a diversidade social existente.

Apesar da existência de uma secretaria que agrega a temática da juventude no poder Executivo, no caso a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, iniciativa que representa um avanço em termos institucionais, por contemplar no seu desenho administrativo uma preocupação com a problemática da juventude, entretanto essa iniciativa ainda não representa um olhar para as demandas da juventude no município.

Não há uma política estruturada para esse segmento geracional, as ações direcionadas especificamente aos/às jovens ainda tem um caráter bastante pontual e em número insuficiente. As ações, em sua maioria são destinadas para toda a população, sendo os/as jovens incluídos/as no conjunto dos usuários ou público. As demais secretarias que compõem a estrutura administrativa do município também apresentam a mesma realidade.

No tocante aos conselhos, foram encontrados três conselhos gestores de políticas públicas, um conselho de programa e um conselho tutelar. O município embora, seja formado por onze secretarias apresentou um quadro de apenas quatro conselhos funcionando, o que em comparação com a quantidade de secretarias existentes, consideramos ser pouco.

Nesses cinco conselhos há a presença de sete jovens, como pôde ser verificado no quadro 2. Essa participação da juventude nos espaços institucionais em Guarabira demonstra que os mesmos se qualificam enquanto um espaço efetivo de participação da juventude, o que possibilita a acessibilidade para a representação juvenil enquanto sujeitos políticos.

Ao serem questionados/as sobre como eles/as avaliavam a sua participação política na sociedade, a maioria revelou ser atuante. Em suas identificações percebemos que os/as mesmos participam de vários espaços. Alguns/as apontaram ainda, possibilidades de melhorias nessa atuação. Apenas uma jovem demonstrou ter uma atuação passiva.

Em relação à participação política dos/as jovens no cenário político local do município de Guarabira, embora não podemos generalizar que a juventude de modo geral está envolvida em processos de participação sociopolíticos, identificamos nesse contexto local e específico a presença de jovens, mulheres e homens, participando de espaços de participação institucional, no caso dos conselhos municipais.

REFERÊNCIAS

ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. **Políticas públicas: juventude em pauta.**, São Paulo, Cortez, Ação Educativa Assessoria-Pesquisa e Informação, Fundação Friedrich Ebert, 2008..

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo, Cortez, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei. 8.069, de 13 de julho de 1990 e legislação correlata.** Brasília, 6 ed, 2008.

_____. **Guia de políticas públicas de juventude.** Brasília: Secretaria- Geral da Presidência da República, 2006.

CARVALHO, M. H. C.; SILVA, J. F.; ALBUQUERQUE, T. **Avaliação da aprendizagem: da regulação à emancipação: fundamentos e práticas.** Recife: Centro Paulo Freire: Ed. Bagaço, 2006.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados: cidades@ 2010.** Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

GILIOLI, R. S. P.; CATANI, A. M. **Culturas juvenis: múltiplos olhares.** São Paulo: UNESP, 2008.

FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. **Políticas públicas: juventude em pauta.** São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

IULIANELLI, J. A. S. Juventude: Construindo Processos - O Protagonismo Juvenil. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. **Jovens em tempo real.** DP&A, 2003.

OLIVEIRA, F. M. **Cidadania e cultura política no poder local**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

PRESOTO, L. H.; WESTPHAL, M. F. A participação social na atuação dos conselhos municipais de Bertoga – SP. **Saúde sociedade**. v.14 n.1 São Paulo jan./abr. 2005.

RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília, 1998.

SANTOS, K. *et al*. **Gênero, juventude e protagonismo social**. Relatório (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande/PB, 2007.

SAULE JUNIOR, N. **A participação dos cidadãos no controle da administração pública**. São Paulo: Pólis Assessoria, formação e estudos em políticas sociais, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e estado**. Brasília, v.21, n.1, p.109-130, jan/abr. 2006.

SPOSITO, M. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Ed. Cortez/Ação educativa/ Fundação Friedrich Ebert, 2003.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. n 24, Set./Out./Nov./Dez. 2003.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 47-105.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

